

A EMANCIPAÇÃO FEMININA COMO PRINCÍPIO AGROECOLÓGICO PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO PÁTRIA LIVRE

Ana Débora Costa do Nascimento Mascarenhas¹

Arlete Ramos dos Santos²

Paulo Sérgio Monteiro Mascarenhas³

DOI: 10.29327/2282886.9.1-22

Introdução

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado apresentada à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e tem como tema a agroecologia e a emancipação feminina no contexto da educação do campo.

Entender o papel da mulher na sociedade atual e sua presença na agroecologia é uma das motivações para o objeto dessa pesquisa sobre agroecologia e emancipação feminina, e se deu a partir da experiência vivenciada como docente do curso em Agroecologia do Centro Territorial de Educação Profissional – CETEP, em Vitória da Conquista – BA. Ao observar que algumas mulheres depois de terminarem seus cursos tiveram oportunidade de vivenciar novas experiências, a possibilidade de mudar suas vidas e se tornarem protagonistas de suas histórias, percebi o quanto a educação do campo é transformadora e essencial para a qualidade de vida das pessoas.

A Educação do Campo é direcionada para pessoas do campo como ribeirinhos, assentados, quilombolas, povos das florestas, caiçaras e indígenas. Essas populações apresentam diferentes necessidades de educação e devem ter sua religiosidade, identidade territorial e cultural preservadas e por isso, é entendida como uma modalidade de educação para atender as especificidades das populações em seus territórios.

As especificidades da vida no campo, bem como com a região em que o estabelecimento de ensino está instalado e por ser destinada a um povo com cultura e cotidiano de vida diferentes da comunidade urbana. É salientado, ainda nos incisos I, II e III do art. 28, da Constituição Federal de 1988, as adaptações no currículo e nas metodologias de ensino, as quais devem ter uma

¹ Mestre em educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, professora da Secretaria de Educação da Bahia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0920790708834902>. Correio Eletrônico: anadeboramascarenhas4@gmail.com.

² Pós- doutora em Educação pela Universidade Estadual de São Paulo UNESP/Araraquara, professora adjunta (UESB/UESC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3007333595055044>. Correio Eletrônico: arlete.ramos@uesb.edu.br.

³ Mestre em Manejo e Conservação de Solos e Água pela Universidade Federal da Paraíba, professor da Secretaria de Educação da Bahia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7124688618406926>. Correio Eletrônico: psmmascarenhas@gmail.com.

2 MASCARENHAS; DOS SANTOS; MASCARENHAS

organização escolar própria, com calendários que sigam o ciclo agrícola, e o fator climático e um ensino voltado para o trabalho no campo. O respeito à diversidade de cultura e de estilo de vida é abordado na Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB de maneira a subsidiar uma educação do campo que atenda às necessidades das pessoas, e a capacidade produtiva (Brasil, 1996).

A Agroecologia emerge como movimento social na forma de luta contra a produção agrícola da monocultura, mas também de preservação ambiental dos agroecossistemas e sistemas agroflorestais, assim como possibilita a produção de alimentos com sustentabilidade, economicamente viável e socialmente justa. Estes elementos associados a valorização dos saberes ancestrais também proporcionam a emancipação feminina.

O estudo aconteceu no assentamento Pátria Livre, localizado no Km 20, a leste da rodovia Vitória da Conquista, no município de Barra do Choça, cuja extensão territorial é de 317 hectares e atende a 23 famílias de trabalhadores rurais. O assentamento teve sua ocupação pacífica devido aos interesses do proprietário em 1999, e o MST teve seu registro em 2004. No assentamento existe uma escola de nível médio que oferece os cursos de agroecologia e agropecuária para os assentados de outros assentamentos e das comunidades vizinhas. Esses cursos são realizados em parceria com a Universidade Estadual da Bahia – UESB. As participantes do estudo são egressas do curso de Agroecologia do assentamento.

O assentamento utiliza a pedagogia da alternância e tem alojamentos, refeitório e salas de aula, além de áreas para a realização de aulas práticas e banheiros. Todas as estruturas físicas necessárias para acolher os alunos durante três meses consecutivos, quando acontecem as aulas dos cursos de agroecologia e agropecuária.

Para a realização desse estudo foram necessárias a observação do campo de estudo, a aplicação de formulário do *Google* e enviado para as egressas do curso de agroecologia do assentamento pátria livre por meio de *WhatsApp* para coleta de informações, assim como uma entrevista semiestruturada para o gestor da instituição e professores.

O critério de inclusão prioriza todas as mulheres que finalizaram o curso de Agroecologia nos anos de 2019 e 2020. Uma amostra de 10 mulheres de uma população de 100%. Como critério de exclusão consideramos todos os egressos do sexo masculino. Todas as participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE, foram previamente informados sobre os objetivos da pesquisa, os métodos utilizados, os possíveis riscos e benefícios envolvidos.

Partindo desses pressupostos, o presente estudo tem como problema: a emancipação feminina como princípio agroecológico é implementado como política pública da educação do campo no curso de Agroecologia do assentamento Pátria Livre?

O objetivo geral é investigar a emancipação feminina como princípio agroecológico para implementação da política pública de educação do campo. E os objetivos específicos são: Identificar como as políticas de educação do campo voltadas para a agroecologia contribuíram para a emancipação das egressas no assentamento Pátria Livre em Barra do Choça – BA; averiguar o papel dos movimentos sociais na constituição das políticas públicas por agroecologia em interlocução com a educação do campo; compreender o processo de emancipação feminina



das egressas do curso de Agroecologia de 2019 a 2020 do assentamento Pátria Livre em Barra do Choça – BA.

1 Emancipação feminina e agroecologia

A mulher ao longo da história humana foi delegada a ser coadjuvante na sociedade, sem direito ao voto, ao estudo e ao trabalho. O movimento feminista surge como proposta de rever essa ideia e mudar o papel da mulher de maneira libertadora. Para tanto, o processo passa por uma educação transformadora. Uma educação para emancipação implica numa importante opção: uma opção pedagógica com e para as classes empurradas às margens ou excluídas (Freire, 2000). Na perspectiva marxista, a emancipação feminina está intimamente relacionada com a emancipação humana, não se pode ter a mulher em isolamento em relação a sociedade em geral, uma vez que a mulher desenvolve e consolida determinados parâmetros sociais e econômicos.

A emancipação feminina parte da busca por igualdade de gêneros e a superação da opressão, sobre isso Mészáros (2002, p. 271) defende que “a demanda pela igualdade verdadeira que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no ‘macrocosmo’ abrangente da sociedade e igualmente no ‘microcosmo’ da família nuclear”. Não se pode recusar à análise materialista histórica e dialética para a compreensão dos diferentes tipos de opressão das mulheres ao longo da história, pois essa recusa pode levar a dois erros que segundo Waters (1979) são eles:

O primeiro é negar ou subestimar a existência da opressão da mulher ao longo de toda a história da sociedade de classes, limitando-a à exploração da classe trabalhadora. O segundo seria negar que a luta das mulheres é um aspecto da luta de classes. As mulheres compõem a classe trabalhadora e são diferenciadamente exploradas. A classe não é homogênea. Defender a unidade de classe é fundamental, sem negar a sua heterogeneidade, tampouco sem fragmentá-la na ênfase das diferenças identitárias (Waters, 1979, p. 124-125).

O marxismo tem como base a aspiração da construção de um sistema de relações humanas igualitárias com liberdade para todos os sujeitos sociais o que é fundamental para o enfrentamento das desigualdades e que todos os tipos de opressão e exploração sejam apenas marcas passadas que sirvam como referências para não serem reproduzidas. Beauvoir (1991) diz que o que seria sinônimo de emancipação feminina, apresenta crescentemente uma segunda e contraditória determinação: aprisionar duplamente as mulheres. Essa afirmação parte da premissa de que a mulher ainda tem uma dupla jornada de trabalho, o que acaba sendo um novo tipo de escravidão, outro ponto importante é que mesmo desenvolvendo as mesmas atividades do trabalho que o homem e com as mesmas competências e habilidades para o trabalho, a mulher ainda recebe uma remuneração menor. E isso é uma prática sexista de dominação histórica.

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas



4 MASCARENHAS; DOS SANTOS; MASCARENHAS

regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de suas atividades produtivas as bases para a segurança alimentar (Pacheco, 2002, p. 20).

As mulheres do campo quando mesmo tendo seus saberes e seu trabalho envolvendo diversos setores da produção ainda são vítimas de diversos tipos de violência e dependência econômica. Por isso, a educação do campo deve ser libertadora, valorizar os saberes e promover a autonomia das mulheres superando as diversas formas de violência contra mulher. A independência econômica pode contribuir não somente para liberdade de tomarem suas próprias decisões, mas também é importante para que elas possam se libertar dos bloqueios e medos. Para Butto *et al.*, (2014) a autonomia econômica se sobressai sobre a autonomia financeira, uma vez que engloba outros âmbitos sociais, como o acesso aos bens comuns, ao crédito, à previdência e aos serviços públicos, por exemplo.

É notório lembrar que o conceito de autonomia tem sido construído por influência de particularidades, sociais, econômicas e políticas. Para Martins (2002), a palavra autonomia está diretamente associada à independência, liberdade e autossuficiência. A Educação do campo com sua inclusão de sujeitos deve ser promotora dessa autonomia, dessa liberdade econômica, política e social para as mulheres do campo.

As mudanças políticas para essa educação transformadora e democrática foram importantes para a promoção da emancipação feminina, preparando as mulheres para a autonomia financeira e formação humana, elevando a educação também para mudanças sociais.

As mudanças políticas e as reivindicações por uma educação mais democrática suscitaram o debate sobre Educação Integrada, mais especificamente o Ensino Médio Integrado que, ao tentar unir conhecimentos propedêuticos e gerais em uma mesma formação, tendo o trabalho como fator de unidade, pode ser compreendido como uma tentativa de responder a essa lacuna da formação humanista, aumentando a sua abrangência e não restringindo seu público a uma seleção por critérios sociais (Marques, 2018, p. 58).

Não se pode falar em emancipação, e autonomia feminina sem formação humana, libertadora e que possa favorecer ao protagonismo das mulheres em sua trajetória de vida, a educação do campo tem a capacidade de transformar a realidade de sujeitos do campo com instruções, liberdade econômica e capacitação profissional para que se possa viver do campo e no campo. Para essas mulheres, o curso de agroecologia na escola do campo tem contribuído para a sua autonomia e emancipação.

A agroecologia estuda os agroecossistemas e sua totalidade integrando conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular e tradicional, o que permite a compreensão das complexas relações existentes nos sistemas agroalimentares contemporâneos e disponibiliza os princípios ecológicos, sociais e políticos fundamentais para o desenho de novas estratégias para o campo (Caporal; Petersen, 2006).

A Agroecologia, assim como os movimentos feministas e negro são movimentos sociais que visam a igualdade de condições e equidade para todos. Os movimentos sociais são de



5 MASCARENHAS; DOS SANTOS; MASCARENHAS

acordo com Gohn (1997): ações sociopolíticas construídas por atores sociais articulados em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política criando um campo político de força social na sociedade civil, portanto, é uma expressão coletiva. Foram os movimentos sociais que lutaram por uma educação do campo com o intuito de valorizar os sujeitos, e protagonizaram organizações populares para as mulheres como o movimento feminista na luta pelo direito ao voto, igualdade de gênero, direitos sociais que foram negados as mulheres.

Quando se trata da mulher ocidental, Araújo (2021, p. 02) afirma que: “somente no século XX, o movimento de mulheres ganhou mais visibilidade. Esses fatos foram evidentes, mais especificamente, na década de 1960, com o respaldo do feminismo”. Nesse período, a luta das mulheres se fortaleceu, e o ganho de mudanças de paradigmas e respeito foram mais evidentes nesse período da história.

A luta das mulheres por uma emancipação e igualdade de direitos é uma forma de revolução que tem início com a luta por meio de movimentos sociais. A liberdade feminina é essencial para a mudança da sociedade e pela igualdade de gêneros. Para Machel (1982):

A emancipação da mulher não é um ato de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição de seu triunfo. A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho e com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher (Machel, 1982, p. 18).

A emancipação feminina não se resume apenas a questão econômica, mas a transformação e revisão de cultura de valores, de possibilidade de elevação social, socialização dos meios de produção e uma legislação mais justa com igualdade de gêneros. Esses fatores são sem dúvidas difíceis de serem mudados de uma hora para outra, pois estão enraizados na sociedade desde sempre. Por isso, a luta continua sendo longa e mesmo com muitos direitos adquiridos com os movimentos sociais de luta feminista, ainda há muito a ser feito para que essa emancipação feminina seja real para todas. É necessário mudanças de valores com menos discriminação.

Sendo assim, tanto Machel (1982), quanto Mézários (2002) concordam em mudanças de valores, da necessidade de legislação menos discriminatória e a socialização dos meios de produção são essenciais para a elevação social da mulher, mas não são suficientes para sua emancipação. É preciso ainda que exista uma mudança de postura social e que a sociedade se empenhe em não inferiorizar a mulher.

O papel da mulher na sociedade foi condicionado pelo modelo econômico, político e social, elementos que correspondem a certa dominação de interesses ao longo do processo histórico, condicionamento pelo qual a figura masculina se sobrepusesse à feminina, sendo que as relações de trabalho acabaram incorporando essa dicotomia entre os gêneros. Portanto, os valores, normas, relações e instituições que os homens criam no decorrer de sua vida são frutos da realidade social, na qual se tem o trabalho como matriz (Dias, 1994).



Dentre os movimentos que visam a luta por igualdade de direitos sociais e de educação temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, no Brasil), por exemplo, o qual é considerado hoje um dos mais expressivos movimentos sociais não só pelo número de pessoas que mobiliza, mas também pela sua estratégia política que acontece como educação (Caldart, 2000).

Um dos movimentos feministas de grande destaque no Brasil é o Movimento de Mulheres Camponesas, que reúne uma diversidade de mulheres rurais que em sua trajetória lutam pela causa feminista e pela transformação da sociedade. De acordo com Betto e Piccin (2017), as mulheres atuam na busca da igualdade de direitos e o fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora, as quais defendem também a produção de alimentos saudáveis, a construção de um projeto de agricultura ecológico, saúde de qualidade, construção de novas relações sociais e de gênero, por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e dos camponeses e pelo fim de todas as formas de violência e opressão.

Na década de 1980, surgem diversos movimentos de mulheres que reivindicavam seus direitos: as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986), que, posteriormente, deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo criado em 1989. Em Santa Catarina, surgiu, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Outro movimento social importante e diretamente relacionado a agroecologia e a emancipação feminina é a Marcha das Margaridas. Margarida Maria Alves era trabalhadora rural e presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, quando foi cruelmente assassinada em 1983, defendendo as/os trabalhadoras/es do campo. O termo Agroecologia surgiu, explicitamente, nos documentos da Marcha das Margaridas, em 2003, mas passou a fazer parte de um dos seus eixos estruturadores apenas em 2007, junto ao debate de acesso à terra e à água (Moreira; Theodoro, 2020).

Os movimentos sociais formado por mulheres têm em seu arcabouço a luta pelo reconhecimento como trabalhadora e a Marcha das Margaridas possibilitou também a associação do debate de classe com os debates feministas e ambientais/ecológicos, colocando a luta das mulheres, em suas reivindicações por uma sociedade mais justa e igualitária (Butto, 2017). Neste contexto, a Agroecologia diz respeito à diversidade de tradições, culturas e saberes, bem como a proteção à sociobiodiversidade, ao patrimônio genético e aos bens comuns, e para tanto, se faz necessário repensar a educação do campo, a educação emancipadora para as mulheres (Shiva, 2006).

A partir desta abordagem, pode se dizer que uma pedagogia descolonizadora ou libertadora é uma pedagogia que se propõe totalizante, e não dominante, na medida em que estabelece uma relação dialética entre o “ato de conhecer” específico ou local como sendo um processo político que tem como lugar mais conflitivo as relações capitalistas de exploração e de poder (Ribeiro, 2010).



Por esse motivo, a luta contra hegemônica das camponesas reside, entre outros, na busca pela segurança e soberania alimentar, proteção ao meio ambiente, às florestas nativas, perpetuação das sementes crioulas, biodiversidade, agricultura familiar, reforma agrária, direitos trabalhistas e o fim da exploração, opressão, dominação e violência contra a mulher no campo.

Os movimentos sociais e outras organizações da população camponesa protagonizam a luta política em defesa de uma educação do campo e não mais para o campo. O Estado responde às reivindicações aprovando programas e projetos, entre os quais o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, Brasil Alfabetizado, Saberes da Terra e editando as Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo. Esses programas educacionais formulados para a família camponesa possuem objetivos diferenciados e que podem melhorar o acesso à educação, a qualidade de vida, e consequentemente na melhoria da produção rural e na autonomia dessas famílias. Se entende que a permanência das famílias no campo necessita de política pública que possam garantir a sobrevivência dessas famílias, para isso é preciso que haja intervenções que promovam o desenvolvimento econômico no campo, a partir de programas e projetos que possam contribuir para que as famílias permaneçam no campo.

Os movimentos sociais tiveram um papel importante na emancipação das mulheres, na educação voltada para a formação do sujeito integral e na busca por uma sociedade mais justa, assim como a agroecologia tem contribuído para uma produção economicamente viável, ecologicamente correta e socialmente justa.

2 Resultados da pesquisa

Com a realização da pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico e a análise do plano de curso da escola. Se constatou que o plano de curso é pautado na agroecologia e suas práticas pedagógicas com o intuito de garantir a Educação do Campo e ainda contribuir para o avanço da agricultura orgânica de produção familiar, mas também contribuir para a emancipação das mulheres camponesas.

Os resultados dessa pesquisa apontam também que as mulheres egressas do curso de agroecologia do assentamento Pátria Livre, são em sua maioria mulheres do campo, negras ou pardas, solteiras que se mostraram em uma maioria significativa independentes economicamente, empoderadas e que o princípio da emancipação feminina tem se mostrado promissor no campo da agroecologia e na sustentabilidade ambiental. E buscam seu espaço na sociedade com a sua independência financeira, em especial na criação de empresas agroecológicas e transformadoras da sociedade.

É cabível lembrar que a educação transformadora, emancipatória e dinâmica são particularidades da Educação do campo. A emancipação feminina, portanto, deve ser um princípio da agroecologia. O curso de Agroecologia apresentado nesta pesquisa aponta que o mesmo é entendido como necessário. Disciplina como o empreendedorismo são importantes para as educandas, uma vez que a mesma não é entendida como o empreendedorismo e trabalho tecnicista apresentado pelo modelo burguês.



Para Ribeiro (2010), a pedagogia da alternância, é uma prática que favorece a integração dos saberes tradicionais dos sujeitos do campo com a educação formal, alternando o tempo escola e tempo comunidade. Com relação a pedagogia da alternância a satisfação é quase unanimidade, com 91% se mostraram satisfeitas, e apenas 9% não sentiu diferença na relação de aprendizagem. Também se mostrou relevante para as agricultoras que não tiveram que descuidar de suas plantações durante os estudos.

As mulheres também afirmaram que algumas políticas públicas contribuíram para a sua autonomia e sua independência financeira com aprendizagem em programas de educação voltados para as pessoas do campo. As políticas públicas que contribuíram para o aumento da independência econômica, social, afetiva e sua emancipação humana foram: PRONERA, o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO e o Projovem ou Programa Nacional de Inclusão de Jovens, todas essas modalidades de ensino apresentam suas particularidades e são resultados de luta dos movimentos sociais em busca do direito à educação e a terra.

A pesquisa também aponta que as mulheres do campo são as mais prejudicadas com relação a remuneração, emprego e renda. Uma vez sem escolaridade, e com a jornada contínua de trabalho apresentam maiores dificuldades em conseguir emprego formal e ter a proteção do estado com os direitos trabalhistas de carteira assinada. A educação em agroecologia tem proporcionado às mesmas a terem renda com o trabalho nas feiras agroecológicas, essas feiras contribuem para sua emancipação financeira e a educação emancipadora tem contribuído para que elas não busquem mais nas relações afetivas conforto financeiro e se submeta a relacionamentos abusivos.

A intensificação do capitalismo contribuiu de forma decisiva para a submissão da mulher que, com o seu trabalho não produtivo, era - e ainda o é atualmente - responsável pelo cumprimento das tarefas domésticas e referentes à educação dos filhos. A Educação do Campo surge da necessidade de reconhecimento das especificidades dos sujeitos do campo. E dentre as necessidades estão a produção agroecológica e a emancipação feminina (Caldart, 2000).

O papel das mulheres do campo para reivindicações de seus direitos só foi possível com os movimentos sociais que buscavam a garantia dos direitos elencados na Constituição Federal de 1988. A reivindicação das mulheres pelo direito à terra foi mais persistentemente articulada pelas mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, onde essa foi uma questão importante no Primeiro Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Brasília em 1988. Além disso, o fato de que as mulheres fossem desprovidas de suas terras quando enviuvou - seja como arrendatárias, trabalhadoras assalariadas ou nos assentamentos de reforma agrária - foi denunciado abertamente (CONTAG, 1999).

O princípio da emancipação feminina está contido no curso de agroecologia da instituição estudada e tem sido implementado como política pública da educação do campo a partir do momento que busca uma educação transformadora, libertadora, crítica e sobretudo



ecologicamente correta, valorizando os saberes da ancestralidade, promovendo uma pedagogia da alternância que contribuem para a permanência das mulheres no curso. E que é tem proporcionado uma conscientização de seu papel na sociedade e na luta por direitos.

Os movimentos sociais tiveram papel fundamental não somente na educação do campo, mas na conquista de direitos para as mulheres como o direito a posse da terra conquistada realizada pelo movimento social da marcha das margaridas, conquistas como o direito a viver, prosperar e lutar por igualdade de gênero em todo os setores da sociedade (Gabel, 2008). Todavia, ainda é preciso que as mulheres ocupem seus espaços na sociedade, no mercado de trabalho, é preciso derrubar barreiras que impedem a igualdade de gênero e se tornar a protagonista de sua história.

Essa pesquisa mostra que as entrevistadas responderam em sua maioria de 73% não estarem em emprego formal, outras 27% disseram estar trabalhando em emprego formal na área de recursos naturais como empresas de produtos agrícolas. Quando questionadas se as mesmas se consideram independente financeiramente 73% afirmaram que sim, outras 18% que não se sentem independente financeiramente e apenas 9% se identificam parcialmente.

As mulheres que se mostraram independentes financeiramente afirmaram que sua fonte de renda está basicamente na venda de produtos agroecológicos que são vendidos em feiras livres e feiras agroecológicas organizadas nos finais de semana por suas comunidades. Também são vendidos produtos como geleias e artesanatos que elas mesmas produzem agregando valor final às suas vendas.

A independência financeira tem contribuído fortemente para a mudança de comportamento das mulheres com relação a seus relacionamentos. Isso porque, foi a partir do acesso à educação e a empregos mais bem remunerados, que as mulheres conquistaram mais autonomia e poder de questionamento sobre a submissão e a hierarquia dos papéis que lhe eram até então impostos (Gabel, 2008).

Com relação ao curso de agroecologia ter favorecido a qualificação profissional, a satisfação das egressas é de 64% se sentem satisfeitas, outras 9%, não sentiram relevância e 27% afirmou estar parcialmente satisfeita. A satisfação profissional é representativa para as mulheres que empreenderam em feiras agroecológicas, em organização de venda de produtos de hortaliças por elas produzidos e vendidos até mesmo por aplicativos de internet, segundo as entrevistadas, o curso ofereceu informações que levaram às mesmas a empreenderem e se tornarem financeiramente independente e terem mais autonomia nas decisões, tornando-as protagonistas de suas histórias.

Para as mulheres camponesas, as feiras agroecológicas são formas de emancipação financeira, elas passam a ter autonomia com relação aos seus gastos, onde investir, no que investir e tomar decisões. Também se tornam protagonistas de suas vidas, construindo os saberes coletivamente e preservando os saberes tradicionais. Nessas feiras a relação do consumidor é mais próxima. As próprias mulheres que produzem as hortaliças, levam para a feira



e vendem diretamente para o consumidor. As feiras também vendem produtos como doces, compotas, artesanatos e outros produtos produzidos por mulheres de forma sustentável.

Para Vasconsellos (2020) a agroecologia praticada com as feiras livres e como guardiãs das sementes crioulas, são formas de resistência contra o agronegócio que tem o controle das sementes geneticamente modificadas, as feiras agroecológicas têm contribuído para uma renda mais justa e a economia solidária. As feiras agroecológicas têm proporcionado às mulheres a terem sua autonomia e emancipação financeira, fatores importantes para o desenvolvimento social e a valorização da cultura como guardiãs das sementes crioulas.

Se constatou com a referida pesquisa que as mulheres participantes do estudo foram conquistando sua autonomia com planejamento, organizando suas produções, empreendendo em feiras livres, buscando alternativas como venda de hortaliças com entregas programadas, participação em eventos e feiras agroecológicas como as que acontecem na UESB nos finais de semana. Assim conquistaram renda e se organizaram em grupos de empreendedoras para a venda de sua produção.

De acordo com 90% das entrevistadas, o curso teve impacto positivo na sua formação acadêmica, mas, sobretudo na vida profissional e na autonomia financeira. Elas afirmaram que a disciplina de empreendedorismo foi especialmente importante por ensinar como empreender, valorar os produtos, precificar e técnicas de venda. Além da participação em eventos de agroecologia e feiras, elas acessaram políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que contribui para investimentos na agricultura por meio de financiamento e atualmente se sentem mais independentes. E participam de movimentos sociais como as guardiãs das sementes e a Marcha das Margaridas que visam o fortalecimento do papel da mulher na agroecologia e na busca por direitos para todas.

Considerações finais

Com a realização da pesquisa se constatou que a emancipação feminina como princípio agroecológico é utilizado no plano de curso da instituição e tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida das egressas que se mostraram seguras e capacitadas para gerir seus próprios negócios e atuar em empresas de recursos naturais.

As egressas em sua maioria são empreendedoras autônomas, participam ativamente de movimentos sociais de Agroecologia, têm acesso a programas de financiamento do governo, outras trabalham em empresas do setor agrícola, e o curso foi o cerne para a mudança de vida de todas elas.

Também se constatou que os movimentos sociais como o MST que contribuiu para a criação de políticas públicas para a educação do campo, os movimentos feministas que buscam a igualdade de gêneros, os movimentos sociais da agroecologia como a marcha das Margaridas que tem seu nome em homenagem a mulher que lutou pelo direito à posse da terra. São todos exemplos de que o povo unido e consciente de seu papel na sociedade pode mudar a realidade concreta. A luta ainda não terminou, é uma luta histórica, é a luta de Margarida Maria Alves, de



Zumbi dos Palmares, é uma luta de Antônio Conselheiro, Simone de Beauvoir, Paulo Freire e Darcy Ribeiro, é uma luta minha, sua, nossa, é histórica e necessária.

A Agroecologia é a possibilidade de superar o agronegócio no campo, a práxis agroecológica, construída no modelo histórico é formado pelo tripé em articulação com a ciência, movimento político e as práticas ecológicas de produção de alimentos. É também fruto de lutas sociais, valorização dos saberes dos camponeses e pesquisas científicas. A luta das conquistas e derrotas dos movimentos agroecológicos é muitas vezes contraditórias que se materializam no movimento cotidiano.

A agroecologia se mostra formada com a emancipação humana a centralidade no trabalho como atividade do concreto vivenciado nas experiências locais, nacionais e até mesmo internacionais. A efetivação da agroecologia vai muito além do modelo contra hegemônico de produção, vai metabolizar o modo de como nos relacionamos com a natureza, envolve a moral, valores e pensamento cultural. Implica em questionar a padronização dos alimentos implementados pelo agronegócio e a busca pela qualidade de vida para todos.

Referências

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate.** Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 17, n.2, p. 41-52, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/212755> Acesso em: 04 jan. 2025.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida.** São Paulo, Difusão europeia de livros, 1967.

BETTO, J. PICCIN, M. B. **Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC) e o percurso de sua luta feminista.** Amerika. 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/amerika/8202>. Acesso em: 07 set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 02 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação do Campo: Marcos Legais.** Parecer CNE/CEB No 1 de 02 de fevereiro de 2006. Brasília, DF: SECADI, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf Acesso em: 04 jan. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI nº 9394/96.** Brasília, 1996.

BUTTO, Andrea *et al.* **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania.** 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Vozes, 2000.



CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: **Educação do campo: identidade e políticas públicas- Caderno 4**. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação Do Campo", 2002.

CAPORAL, F.R.; PETERSEN, P. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil**. Agroecologia, v. 6, p. 63-74, 2006.

CONTAG; FETAGs; STRs. Anais: **7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**, 30 março a 1º abril de 1999. Brasília: CONTAG, 1999.

DIAS, P. A. Sandra. **Violência doméstica contra a mulher - um apanhado histórico**. Disponível em:

<https://periodicos.ufv.br/RCH/article/download/1771/Empoderamento%20Feminino%20como%20Rompimento%20do%20Ciclo%20de%20Viol%C3%Aancia%20Dom/9643> Acesso em: 13 dez. 2024.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 2000.

GABEL, C. L. M. **O casal: Um estudo sobre o grupo conjugal**. Pensando Famílias, 12(1), 57-68. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> Acesso em: 02 jan. 2025.

MARQUES. M, A. **O lugar da disciplina história no currículo do ensino médio integrado: o curso técnico de informática do CETEP de Vitória da Conquista**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED. Disponível em:

<http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2018/05/Micheline-A.-Marques.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

MACHEL, Samora. A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo. In: MACHEL, Samora et al. **A libertação da mulher**. 3. ed. São Paulo: Global, 1982.

MARTINS, Ângela Maria. **Autonomia e educação: a trajetória de um conceito**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 115, p. 207-232, mar. 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, L, S; THEODORO, H, S. **A agroecologia e a marcha das margaridas**. Revista brasileira de agroecologia. Vol. 15 | Nº 5 | p. 305-318 | 2020.

PACHECO, M. E. L. **Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero**. In: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONG's. Recife: Gênero e Cidadania, 2002.

RIBEIRO. M. **Movimento camponês, trabalho e educação - liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.



SHIVA, V. **Manifiesto para una democracia de la tierra. Justicia, sostenibilidad y paz.** Barcelona: Paidós, 2006.

VASCONSELLOS, Andréia. **Construção da Agroecologia como projeto socialmente transformador: ação coletiva de mulheres guardiãs de sementes crioulas.** Universidade Federal De Santa Maria Centro De Ciências Rurais Programa De Pós-Graduação Em Extensão Rural. Santa Maria. 2020.

WATERS, Mary Alice. **Marxismo y feminismo.** 2. ed. Barcelona: Fontamara, 1979.



A EMANCIPAÇÃO FEMININA COMO PRINCÍPIO AGROECOLÓGICO PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO PÁTRIA LIVRE

Resumo: A emancipação feminina é a semente de uma nova realidade no campo, uma semente plantada pela agroecologia e cultivada pela educação. Esta pesquisa tem como objetivo geral: investigar a emancipação feminina como princípio agroecológico para implementação da política pública de educação do campo. Como objetivos específicos têm: identificar como as políticas de educação do campo voltadas para a agroecologia contribuíram para a emancipação das egressas no assentamento Pátria Livre em Barra do Choça; averiguar o papel dos movimentos sociais na constituição das políticas públicas por agroecologia em interlocução com a educação do campo; compreender o processo de emancipação feminina das egressas do curso de Agroecologia do assentamento Pátria Livre em Barra do Choça - BA. O método utilizado é o Materialismo Histórico Dialético, as categorias empíricas utilizadas foram: educação do campo, agroecologia e emancipação feminina. Para a coleta de dados foram utilizadas a análise dos documentos Projeto político Pedagógico e plano de curso e formulários com as egressas do curso de agroecologia em total de 10 mulheres. Os resultados apontam que as egressas do curso de Agroecologia do assentamento Pátria Livre são em sua maioria, mulheres do campo, negras e pardas, independentes economicamente e que tiveram no curso de Agroecologia uma formação profissional que possibilitou a melhoria na qualidade de vida.

Palavras-chave: Agroecologia, Emancipação feminina, Educação do campo.

LA EMANCIPACIÓN FEMENINA COMO PRINCIPIO AGROECOLÓGICO PARA EDUCACIÓN CAMPO EN EL ASENTAMIENTO PÁTRIA LIVRE

Resumen: La emancipación femenina es la semilla de una nueva realidad en el campo, una semilla plantada por la agroecología y cultivada por la educación. Esta investigación tiene como objetivo general: investigar la emancipación femenina como principio agroecológico para implementar la política pública de educación rural. Los objetivos específicos incluyen: identificar cómo las políticas de educación rural centradas en la agroecología contribuyeron a la emancipación de las mujeres graduadas en el asentamiento Pátria Livre en Barra do Choça; investigar el papel de los movimientos sociales en la constitución de políticas públicas para la agroecología en diálogo con la educación rural; comprender el proceso de emancipación femenina de las graduadas del curso de Agroecología del asentamiento Pátria Livre en Barra do Choça - BA. El método utilizado es el Materialismo Histórico Dialéctico, las categorías empíricas utilizadas fueron: educación rural, agroecología y emancipación femenina. Para la recolección de datos se utilizó el análisis de los documentos Proyecto Político Pedagógico y plan de estudios y formularios con las egresadas del curso de agroecología, un total de 10 mujeres. Los resultados indican que las graduadas del curso de Agroecología en el asentamiento Pátria Livre son en su mayoría mujeres rurales, negras y pardas, económicamente independientes y que recibieron una formación profesional en el curso de Agroecología que permitió mejorar su calidad de vida.

Palabras claves: Agroecología, Emancipación femenina, Educación rural.

THE FEMALE EMANCIPATION AS AN AGROECOLOGICAL PRINCIPLE FOR RURAL EDUCATION IN THE PÁTRIA LIVRE SETTLEMENT

Abstract: Female emancipation is the seed of a new reality in the countryside, a seed planted by agroecology and cultivated by education. The general objective of this research is to investigate female emancipation as an agroecological principle for the implementation of public rural education policies. The specific objectives are: to identify how rural education policies focused on agroecology contributed to the emancipation of graduates from the Pátria Livre settlement in Barra do Choça; to investigate the role of social movements in the creation of public policies for agroecology in dialogue with rural education; to understand the process of female emancipation of graduates of the Agroecology course at the Pátria Livre settlement in Barra do Choça - BA. The method used is Dialectical Historical Materialism, and the empirical categories used were: rural education, agroecology and female emancipation. Data collection was carried out by analyzing the documents Political Pedagogical Project and Course Plan, as well as forms with the



graduates of the agroecology course, a total of 10 women. The results indicate that the graduates of the Agroecology course at the Pátria Livre settlement are mostly rural women, black and brown, economically independent and who received professional training in the Agroecology course that enabled them to improve their quality of life.

Keywords: Agroecology, Women's emancipation, Rural education.



RECEBIDO EM: 09 de janeiro de 2025

APROVADO EM: 01 de setembro de 2025

PUBLICADO EM: 16 de dezembro de 2025

SUGESTÃO DE CITAÇÃO:

MASCARENHAS, Ana Débora Costa do Nascimento; DOS SANTOS, Arlete Ramos; Mascarenhas, Paulo Sérgio. A emancipação feminina como princípio agroecológico para educação do campo no assentamento pátria livre. **Revista Espirales**, v. 9, e-location: e22828869122, 2025. DOI: <https://doi.org/10.29327/2282886.9.1-22>.

EDITORIA-CHEFE: Tereza Spyer e João Barros II

EDITORIA ADJUNTA: Besna Yacovenco, Marina Magalhães Moreira e Orlando Bellei Neto

EDITORIA EXECUTIVA: Orlando Bellei Neto e Alessandra Teixeira

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO: Alessandra Teixeira e Marília Colombo



A REVISTA ESPIRALES É APOIADA E FINANCIADA POR: